

ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DA ESTÂNCIA TURISTICA OURO PRETO DO OESAmara Municipal de Comissão Especial Processo Administrativo n. 0217/19 Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000 Tel. (69) 3461-2291

Ouro Preto do Oeste-RO

Termo de Ata n. 004/19

Aos doze dias do mês de agosto do ano de 2.019(dois mil e dezenove) às 15:00 horas, reuniram-se os membros da Comissão Especial Processante com base no Processo Administrativo n. 0217/19, em atendimento ao que se deliberou no Plenário em sessão Ordinária realizada no dia 15 de julho de 2.019, por seus Membros Vereadores: Sergio Pinheiro Castilho Filho -Presidente, Bruno Brustolon - Relator, ausente Delísio Fernandes Almeida Silva Membro, justificadamente pois encontrava-se em sala de aulas cumprindo missão e atribuições do cargo de professor. Reunião aconteceu no Gabinete n. 01 da Câmara municipal/Gabinete do Vereador -PSDC Relator. Presente na reunião a convite dos membros da Comissão o Vereador Antônio Celso da Silva Coelho - PRP. A pauta da reunião prendeu-se: Análise da petição de ordem do Dr. Filiph Menezes da Silva -OAB/RO n. 5.035, nos autos Procurador do Vereador Josimar Rabelo Cavalcante - PTB, datada de 12/08/2019, em que requer a juntada de substabelecimento ao Dr. Herbert Wender Rocha OAB/RO n. 3.739, para atuar no Processo Administrativo em epigrafe. Na mesma pauta juntou se aos autos a peça/requerimento passando ao seu minucioso estudo, apurando o seguinte manifesto: 1) INDEFERIR o requerimento em partes, assim esmiucado: a) indeferir o pedido de suspensão dos autos não reconhecendo que o prazo foi precário; b) não estabelecer a suspensão da votação e adiamento da sessão designada para o dia 12/08/2019, visto que essa competência é atribuída regimentalmente ao Presidente do Poder Legislativo em exercício; c) por todo meio de comunicação a comissão cumpriu com o rito emanado do Decreto Lei n. 201/67, colocando à disposição atas da comissão e termos nos autos contidos; d) no caso da ata da sessão ordinária, é de competência da presidência do Poder Legislativo disponibilizar cópias, mesmo seguindo o direito de defesa e do processo legal, esta comissão disponibilizou tal, conforme consta documento de recebimento juntado aos autos; e) Opina a Comissão por relatar que com base no Decreto Lei n. 201/67 por dois de seus membros presentes seguem a tese de que o relatório da Comissão não deve ser votado em plenário de forma seguir ou não seu tramite, vez que, no texto do relatório já registra-se PRONUNCIAMENTO pelo tramitação legal e normal da denúncia, apurando-se os fatos. Neste caso somente a comunicação aos pares em plenário.3) registrar a pedido a

inscrição da Senhora **DEYSE CAMILA BITENCOURT ESTENISLAU**, ex-servidora da casa legislativa, residente na Rua José Jaime Oliveira Pinheiro, n.173, bairro Colina Park, nesta urbe, na qualidade de TESTEMUNHA. 4) ao final ficou registrado que a comissão entende que todos os prazos e comunicações devidas, foram devidamente cumpridos nos termos das lições advindas do **Decreto lei n. 201/67**, e são peças juntadas nos autos. Encerrado os trabalhos pelo Presidente da Comissão, nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se os trabalhos sendo o presente termo elaborado por mim, **Bruno Brustolon** Vereador PSDC, que atuei como secretario "**ad-hoc**". Estância Turística Ouro Preto do Oeste – RO, em 12 de agosto de 2.019.

Sergio Pinheiro Castilho Filho - Presidente,

Bruno Brustolon – Relator

Delísio Fernandes Almeida Silva - Membro

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste-RO

Folha:

Assmalles